

BRINCAR BRINCANDO

Apresentando o ECA

Naiane Soares Silveira¹; Yasmin Padilha Santos²; Kleber Ersching³;

RESUMO

O Programa de Educação Tutorial (PET) do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú, realiza atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão com o intuito de complementar a formação acadêmica de seus integrantes. Com este escopo, os bolsistas do PET aplicam oficinas de aprendizagem em escolas de anos iniciais da região, focando em uma metodologia de ensino que trabalhe com base na ludicidade. Nos últimos dois anos, a oficina de extensão denominada Brincar Brincando, apresentou o Estatuto da Criança e do Adolescente para crianças dos primeiros anos do ensino fundamental, a fim de lhes apresentar seus direitos. Este trabalho busca descrever a metodologia e os resultados das oficinas com enfoque no Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicada em escolas do entorno.

Palavras-chave: Estatuto da criança e do adolescente. Ensino fundamental. Legislação. Infância.

INTRODUÇÃO

No campo de estudo da pedagogia, existem inúmeras vertentes teóricas que enfatizam a importância do brincar e da ludicidade para o desenvolvimento das crianças. São teorias com bases socioantropológicas, filosóficas ou ainda, psicológicas mas todas com um objeto de estudo em comum, o brincar. Segundo Garcia (2002) “ao brincar, o sujeito ensaia, treina, aprende, se distrai; mas se constrói: afirma, assimila, reorganiza, descobre e inventa suas formas, enfrenta os enigmas, os desafios, as oportunidades e as imposições que a vida lhe apresenta”. Visando a importância do brincar e da ludicidade o Programa de Educação Tutorial vem mantendo e aprimorando as atividades da oficina Brincar Brincando.

Após passar por uma reformulação no ano de 2017 foi incluída na oficina um caráter social para as atividades. Em seu primeiro ano de abordagem do

¹ Aluna - Pedagogia, Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú, naianesilvsoares@gmail.com

² Aluna - Pedagogia, Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú, yasminpadilhasantos@hotmail.com

³ Prof. Dr em Física, Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú, kleber.ersching@ifc.edu.br

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 2017, a oficina Brincar Brincando teve enfoque em uma faixa etária de seis a oito anos, atuando com alunos do terceiro ano do ensino fundamental.

Diferentemente do público alvo de 2017, no ano de 2018 o PET ampliou a faixa etária atendida pela oficina, visando ofertá-la para todos os anos da primeira etapa do ensino fundamental, mantendo o campo de atuação em escola municipais ou estaduais próximas do entorno do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú (IFC-Cam).

A carga horária necessária para as atividades da oficina foram reduzidas, para que facilitasse a aceitação das instituições em ceder espaço para estes momentos de atuação do PET nas escolas. São quatro momentos elaborados para apresentação e reflexão em torno do ECA (1990).

Apresentar os direitos e deveres aos alunos fica enfatizado em documentos oficiais da educação, tais como, os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1 a 5, ano de 1998, que cita “O conhecimento dos próprios direitos de aluno e os respectivos deveres” em um de seus tópicos referentes a conteúdos de ética e justiça.

Além de documentos oficiais, alguns estudiosos da educação afirmam a importância da participação e da proteção das crianças, como fica explícito no seguinte trecho de Agostinho:

É necessário equilibrar o direito de proteção com o de participação, com respeito a essas duas dimensões do direito das crianças que não são excludentes, para que elas estejam protegidas adequadamente, de acordo com as suas capacidades em crescimento, bem como respeitadas como cidadãos, como pessoas e como portadores de direitos (AGOSTINHO, 2014. p.1113).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A oficina Brincar Brincando tem por finalidade o desenvolvimento de atividades que apresentem os direitos das crianças, trazendo a legislação voltada para os mesmos de forma lúdica e utilizando-se uma linguagem concernente com o público infantil. A abordagem metodológica apresenta uma tessitura entre a perspectiva vygotskyana, que preza pelas relações interpessoais, e a linha piagetiana, que enfatiza as relações com o meio. Com base nestes pressupostos

teóricos foram organizados os seguintes procedimentos metodológicos para atuação em salas de aula:

1º) A ministrante da oficina faz uma breve apresentação contextualizando a motivação de estar no ambiente escolar e inicia a construção de um mapa conceitual, utilizando como palavra-chave a sigla "ECA". Após os alunos conceituarem ECA a partir do seu desenvolvimento real – Zona de Desenvolvimento Real (ZDR), inicia-se o segundo procedimento.

2º) Uma introdução sobre a sigla é explicitada e uma conceituação referente a mesma. Após isto, os alunos assistem a vídeos de curta duração, que apresentam uma visão a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente através de crianças.

3º) Após apresentar o conceito de Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças recriam o mapa conceitual junto com a ministrante (aluna de Pedagogia) que estiver aplicando a oficina. Este procedimento tem o intuito de sintetizar o conceito e observar o conhecimento adquirido pelas crianças após assistirem as animações.

4º) As crianças são levadas a um ambiente da instituição de ensino externo a sala de aula, que pode ser: ginásio, quadra de esportes, saguão, etc. São disponibilizados aos alunos folhas em tamanho A3 e/ou cartolinas, para que em pequenos grupos, façam representações na forma de desenho, de algum aspecto da lei que as tenha despertado maior interesse/afinidade.

Estes procedimentos metodológicos foram utilizados com a intenção de proporcionar ao aluno uma reflexão constante sobre os assuntos apresentados em sala, no caso específico, o conjunto de leis que formam o ECA. É imprescindível enfatizar que a criança é um sujeito social e precisa entender-se como parte do meio social em que está inserida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A oficina Brincar Brincado - Apresentando o ECA teve por finalidade alcançar resultados significativos no contexto social e educacional do município, estes foram:

- Ofertou-se aos jovens um conhecimento aprofundado das leis e dos órgãos que asseguram seu bem-estar físico, mental e social;
- Trabalhou-se assuntos como abandono, abuso sexual, trabalho infantil e outros, de maneira leve, não traumática e facilmente compreendida pelos alunos participantes da oficina;
- Deu-se suporte para que os alunos identifiquem situações de negligência e saibam como atuar e a quem recorrer nestes casos;
- Promoveu-se aulas lúdicas e uma interação dos alunos com outros membros da sociedade, no caso a equipe PET IFC-Cam;
- Incitou-se a iniciação docente dos petianos matriculados no curso de Licenciatura em Pedagogia do IFC-Cam;
- Apresentou-se a instituição Instituto Federal Campus Camboriú nas escolas da rede pública do município, para que o trabalho de excelência existente no campus seja conhecido de maneira ampla no meio social;

Os grupos de discentes das diferentes instituições de ensino da região mostraram-se interessados durante as atividades da oficina, fizeram questionamentos e refletiram acerca da legislação que as assegura condições fundamentais para o bem-estar. As atividades de representações das leis na forma de desenhos evidenciaram conhecimentos que foram adquiridos pelos alunos ao longo da oficina.

A Figura 1 mostra as imagens (A), (B), (C) e (D) representando desenhos típicos feitos por alunos que participaram da oficina sobre o ECA. As imagens representam artigos do ECA que foram abordados, evidenciando conhecimento adquirido pelos alunos. Imagem (A) explicita o parágrafo IV do Art. 15 do ECA, onde fica caracterizado o direito da criança a “brincar, praticar esportes e divertir-se”. A imagem (B) representa o Título I do Estatuto da Criança e do Adolescente, que enfatiza o direito à saúde pública e a primazia em casos de emergência. Imagem (C) representa o direito à alimentação enfatizado no Art. 4 do Estatuto, e a imagem (D) apresenta o Art. 16 parágrafo I que enfatiza o direito a ir e vir dos sujeitos.

Figura 1 - Desenhos representando Artigos do ECA, produzido por alunos de escolas da região.



Fonte: Autores.

CONCLUSÕES

As crianças e os adolescentes assim como todos os seres, têm seus direitos amparados por leis, entretanto, estes por vezes, não conhecem seus direitos e a legislação que os ampara. As instituições de ensino que deveriam abordar esta temática, não o fazem e quando abordam é de maneira rasa e sem a devida atenção. Identificando este contexto, os petianos do Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú proporcionam aos alunos das redes públicas da região o acesso a este conhecimento.

Segundo artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, faz parte da comunidade o dever de zelar pelo bem-estar destes sujeitos, e a proposta da oficina Brincar Brincando é fundamentalmente focalizar os conhecimentos acerca de legislação infantil, mostrando as crianças de escolas de anos iniciais, sua

funcionalidade. A oficina deixa explícito as crianças sua importância no meio social, isso valoriza o jovem, que sente-se inserido na sociedade.

REFERÊNCIAS

1. AGOSTINHO, K.A. A **complexidade da participação das crianças na educação infantil**. Florianópolis, v.32, 1127-1143, dez. 2014
2. BRASIL.Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Estatuto da Criança e do Adolescente** LEI Nº 8.069, 13 de Julho 1990. Presidência da República. Brasília-DF.2004.
3. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**.Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
4. FOSSILE, D,K.; **Construtivismo versus sócio-interacionismo: uma introdução às teorias cognitivas**. Revista ALPHA. Patos de Minas: UNIPAM, (11): 105-117, ago. 2010
5. GARCIA, R. L. (org). **Crianças, essas conhecidas tão desconhecidas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
6. LAKOMY, A.M. **Teorias Cognitivas da Aprendizagem**. São Paulo: Ibpx,2003.
7. KISHIMOTO, T.M.(org). **O brincar e suas teorias**. São Paulo:Cengage Learning.2011.